

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Amilton Carvalho Neto

**ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMAÇÕES SUSPEITAS AO COAF NO
PERÍODO DE 2004 A 2017.**

Florianópolis
2018

Amilton Carvalho Neto

**ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMAÇÕES SUSPEITAS AO COAF NO
PERÍODO DE 2004 A 2017.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Dr. José Alonso Borba

**Florianópolis
2018**

Amilton Carvalho Neto

**ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMAÇÕES SUSPEITAS AO COAF NO
PERÍODO DE 2004 A 2017.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Dr. José Alonso Borba

Orientador

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro

Prof. Msc. Lucas Martins Dias Maragno

Florianópolis, 13 de junho de 2018.

RESUMO

CARVALHO NETO, Amilton. ANÁLISE DAS COMUNICAÇÕES DE INFORMAÇÕES SUSPEITAS AO COAF NO PERÍODO DE 2004 A 2017. 2017. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

A partir da análise dos dados existentes no site do COAF, realizou-se um estudo tratando das comunicações recebidas dos órgãos financeiros brasileiros pelo órgão em questão. Como objetivo apresentar uma análise das comunicações suspeitas recebidas pelo COAF. A pesquisa apresenta-se descritiva, buscou-se identificar as comunicações informadas aos COAF entre os anos de 2004 a 2017 e os PAP instaurados, assim como, identificar possíveis correlações entre as multas aplicadas e as efetivamente recolhidas pelo órgão. No estudo observou-se o número total de comunicações suspeitas recebidas pelo COAF, assim como os processos instaurados resultando em 0,10% do total das comunicações de setores regulados pelo COAF e o recolhimento de 28,02% das multas aplicadas. Esse número de processos instaurados e de multas aplicadas e efetivamente recolhidas em relação à quantidade de comunicações leva a questionar-se a qualidade destas informações e o poder de atuação do COAF, como também o treinamento fornecido pelas instituições aos seus funcionários no combate à lavagem de dinheiro.

Palavras-chave: Lavagem de dinheiro. Comunicações suspeitas. COAF.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Comunicações em espécie efetuadas pelos setores econômicos de 2004 a 2017 ao COAF	30
Tabela 2 - Comunicações suspeitas efetuadas pelo BACEN de 2004 a 2017 ao COAF	31
Tabela 3 - Comunicações suspeitas efetuadas pelo COAF de 2004 a 2017	32
Tabela 4 - Comunicações suspeitas efetuadas pelos demais órgãos reguladores de 2004 a 2017	33
Tabela 5 – Relação das comunicações suspeitas recebidas e RIF gerados pelo COAF de 2007 a 2017	34
Tabela 6 - Processos administrativos punitivos instaurados e julgados pelo COAF de 2004 a 2017	35
Tabela 7 - Relação entre as comunicações dos setores econômicos de responsabilidade do COAF e os PAP's instaurados pelo COAF de 2004 a 2017.....	35
Tabela 8 - Multas aplicadas e recolhidas pelo COAF entre os anos de 2004 a 2017.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os três estágios da Lavagem de Dinheiro.....	16
Figura 2 - Sistema de Comunicações automáticas acima de R\$50 mil	24

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGFIS	Coordenação-Geral de Fiscalização Direta
CGRP	Central de Gerenciamento de Riscos e Prioridades
CNE	Cadastro Nacional de Empresas
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COAF	Conselho e Controle de Atividades Financeiras
COE	Comunicações de Operações em Espécie
COFECI	Conselho Federal de Corretores Imobiliários
COS	Comunicações de Operações Suspeitas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSNP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DOI	Declaração de Operações Imobiliárias
DPF	Departamento da Polícia Federal
DPV	Declaração de Porte de Valores
DREI	Departamento de Registro Empresarial e Integração
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
PAP	Processo Administrativo Instaurado
PIB	Produto Interno Bruto
PNLD	Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RIF	Relatório de Inteligência Financeira
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SIAP	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIR	Sistema de Informações Rurais
SISCOAF	Sistema /eletrônico de Intercâmbio do COAF
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 LAVAGEM DE DINHEIRO	14
2.1.1 Combate à Lavagem de Dinheiro.....	17
2.2 TRANSAÇÃO SUSPEITA	18
2.2.1 Conselho de Controle de Atividades Financeiras	20
2.3 ORGÃOS FISCALIZADORES	23
2.3.1 Banco Central do Brasil.....	23
2.3.2 Comissão de Valores Mobiliários.....	24
2.3.3 Superintendência de Seguros Privados	25
2.3.4 Superintendência Nacional de Previdência Complementar	25
2.3.5 Conselho Federal de Contabilidade	26
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	27
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
4 ANÁLISE DE DADOS.....	30
4.1 Quantidade de comunicações de informações em espécie recebidas pelo COAF	30
4.2 Quantidade de comunicações de informações suspeitas recebidas pelo COAF.....	31
4.3 Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira e de processos administrativos punitivos instaurados pelo COAF	34
4.4 Multas aplicadas e recolhidas pelo COAF	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6 REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Os crimes financeiros prejudicam a economia de diversos países, assim como governos deixam de arrecadar bilhões todos os anos. Conforme notícia da revista Superinteressante, “De acordo com o FMI, de 2,5% a 5% do PIB (produto interno bruto) de cada país no mundo têm origem ilícita. No Brasil, isso equivale a um montante de 37,5 bilhões a 75 bilhões de reais” (MONTENEGRO, 2016).

Um país em que esse montante circula de forma não oficial, tem a sua economia desestabilizada e acaba por gerar desconfiança nos investidores, que por sua vez investirão em países com uma estabilidade econômica maior e sem tantos problemas de criminalidade. Além disso, esse montante desviado acaba por deixar de retornar à população em forma de melhorias nas políticas públicas (DAL POS, 2007).

A forma como os criminosos utilizam esse dinheiro de origem ilícita, acontece por meio do crime conhecido como ‘lavagem de dinheiro’, que basicamente é uma série de operações fraudulentas que tem como objetivo regularizar valores, bens e recursos provenientes de atividades criminosas como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, corrupção e desvio de recursos públicos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

Em resposta às atividades ilícitas, investe-se no combate, para acabar com as organizações criminosas, bloqueando os bens de seus integrantes, recuperando o montante “lavado” para o governo. Para que isso aconteça, é necessário o conhecimento do processo de lavagem de dinheiro como um todo, além do envolvimento direto das instituições financeiras e dos órgãos de combate (DAL POS, 2007).

Segundo Cox (2014, p.181), “para qualquer empresa, apenas ter uma série de regras, regulamentos, freios e contrapesos tem um efeito limitado se os funcionários que implementem as medidas forem inadequadamente treinados”. É importante que cada um na instituição consiga reconhecer e entender o seu papel e a relevância dele na prevenção, e consequentemente, no combate a estes tipos de atividades. Ainda, segundo Cox (2014, p.181), “é essencial que as empresas implementem uma política completa e estruturada de treinamento que englobe todos os funcionários relevantes, de modo que, em particular, eles estejam cientes de suas obrigações pessoais com relação à dissuasão da lavagem de dinheiro”. Em conjunto, é também necessária a mudança das legislações vigentes, com o intuito de punir de forma mais efetiva quem comete este tipo de crime.

Um dos grandes aliados a esse combate são as interlocuções entre os agentes do estado e a sociedade. Essa interlocução existe através da comunicação das suspeitas e irregularidades. A comunicação de atividades suspeitas apresenta-se como indispensável, pois normalmente, por ser considerado um crime complexo, pois nem sempre é fácil identificar e comprovar a origem ilícita do dinheiro (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

Buscando combater esse tipo de atividade, o governo brasileiro sancionou a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e por meio da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. A Lei 12.683 definiu os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) (BRASIL, 2012).

O COAF é uma unidade de inteligência financeira, e tem a função de disciplinar, regular e aplicar penas administrativas nos setores obrigados para os quais inexistam órgãos fiscalizadores próprios, além de receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividade ilícitas relacionada à lavagem de dinheiro. Para Moraes (2015, p.11), o COAF “tem a atribuição de coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores”. E mais, busca criar condições para que as pessoas obrigadas estejam cada vez mais atentas a comportamentos de seus clientes que fujam da normalidade.

O COAF tem mostrado sua importância a cada escândalo envolvendo a corrupção e a lavagem de dinheiro, como por exemplo, na operação Lava Jato. O presidente do COAF, em depoimento à CPI da Petrobrás, “desde a deflagração da Operação Lava Jato o órgão enviou à Polícia Federal 267 relatórios com detalhes sobre movimentações suspeitas que totalizam R\$51,9 bilhões” (PASSARINHO, 2015).

Uma notícia que mostra um desdobramento da Lava Jato e a sofisticação dos esquemas de lavagem de dinheiro é a do site UOL, onde um esquema de lavagem de dinheiro criado por doleiros investigados na Operação Câmbio, Desligo, funcionava como um banco clandestino. Os doleiros enviavam dinheiro em espécie para o exterior e compensavam em operações dólar-cabo, com isso os recursos voltavam “limpos” e eram repassados a políticos, empresários e outros beneficiários. Para ter controle dos depósitos no exterior e no Brasil, foi desenvolvido um sistema chamado “bankdrop”, onde foram encontrados mais de 3.000 empresas offshores, com contas em 52 países. Mostrando que os criminosos encontram novas formas de cometer crimes e como é essencial, assim como foi na Lava Jato, que os órgãos tenham uma comunicação e pessoas

treinadas e atualizadas nos novos sistemas de lavagem de dinheiro, para que se possa chegar com rapidez nos criminosos e encerrar suas atividades (ANDRADE, 2018).

Auxiliando o COAF no combate as atividades ilícitas, cita-se o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a função de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. Além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. Com a Resolução CFC nº 1.445/13, passou a obrigar que contadores e empresas que prestam serviços contábeis denunciem operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

Para Gomes *et al.* (2018, p.83):

O processo de construção de uma contabilidade voltada para a correção, fiscalização e controle de práticas fraudulentas motivou o COAF a acrescentar os serviços de contabilidade no âmbito de atividades que, em virtude de sua relevância, necessitam ser controladas e informadas.

Esta resolução é importante no combate a atividades ilícitas, pois a contabilidade é muitas vezes utilizada por organizações criminosas, com manobras contábeis para legalizar dinheiro e bens de atos ilícitos.

Com todas as alterações nas normas brasileiras e o combate aos crimes financeiros, se tornou cada vez mais comum a divulgação na mídia de notícias sobre corrupção, desvios de dinheiro público, paraísos fiscais e lavagem de dinheiro. Todas estas atividades são consideradas ilícitas e estão, na sua maioria, conectadas a políticos, empresários e servidores públicos. Estes escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro mostraram que a operação Lava Jato, foi resultado da criação das leis citadas anteriormente.

Conforme notícia do jornal Estadão, o COAF pretende capacitar policiais civis, para que eles consigam diminuir o poder de compra das facções pertencentes ao narcotráfico. Conforme declaração de seu presidente: “o COAF é uma dessas ferramentas, mas é preciso uma adequação e capacitação desses investigadores para que eles possam receber as informações produzidas pelo órgão”. Com isso irá gerar um número maior de informações de inteligência financeira, e, conseqüentemente, alcançando o objetivo de acabar com a capacidade financeira dos grupos criminosos (SERAPIÃO; FERNANDES, 2018)

Sendo assim o COAF mostra participação em mais uma forma de combate as atividades ilícitas, procurando agir em todos os níveis dos crimes e capacitar todos envolvidos nesse processo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Um dos maiores problemas da economia mundial é a lavagem de dinheiro e seu combate tem sido enfrentado por diversas nações. Muitas delas não possuem aparato jurídico adequado para este tipo de crime. Com isso atualizações nas legislações e o investimento em órgãos de combate a esse crime tornam-se extremamente necessários. Segundo Moraes (2015, p.13) “se percebe a necessidade de se empregar maiores recursos humanos e tecnológicos a fim de que as medidas já adotadas tenham maior eficácia”.

As organizações criminosas, para burlarem os sistemas, contam com pessoas especializadas em diversos setores da economia. Além disso, possuem acesso às melhores e mais modernas tecnologias. Com isso diversificam seus investimentos em setores com “facilidades” para a prática desses crimes, tais como controle fraco ou insuficiente de negociações e alto índice de liquidez (MINK, 2005).

Com todo o prejuízo que as práticas de lavagem de dinheiro causam à economia e à sociedade como um todo, forçam o Estado a achar maneiras de combater e acabar com as práticas de tais atividades (MORAES, 2015). Uma das formas de combate à lavagem de dinheiro no Brasil são as comunicações suspeitas ao COAF, onde se recebe as informações suspeitas de possíveis crimes, se investiga e constatando que realmente há possibilidade de atividade ilícita, tomam-se as devidas providências.

Com as novas leis e resoluções obrigando a informar atividades suspeitas de lavagem de dinheiro, a quantidade de comunicações tem aumentado ano a ano. De acordo com notícia do Valor Econômico, no ano de 2017 foram mais de 1 milhão de comunicações suspeitas ou automáticas ao COAF, enquanto que no ano de 2016 foram 1,3 milhões (CAMPOS, 2017).

Com o aumento da preocupação com as atividades econômicas ilícitas e com a evolução na forma de combate, questiona-se: Qual o tratamento dado às comunicações suspeitas informadas ao COAF pelos órgãos fiscalizadores entre os anos de 2004 a 2017?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo analisar as comunicações de informações suspeitas recebidas pelo COAF no período de 2004 a 2017.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a quantidade de comunicações de informações suspeitas recebidas pelo COAF no período de 2004 a 2017;
- b) Identificar a quantidade de processos administrativos punitivos instaurados pelo COAF no período de 2004 a 2017;
- c) Identificar as multas aplicadas e recolhidas pelo COAF no período de 2004 a 2017;
- d) Comparar a quantidade de comunicações recebidas e a quantidade de processos administrativos punitivos instaurados pelo COAF no período de 2004 a 2017;
- e) Comparar as multas aplicadas e as multas recolhidas pelo COAF no período de 2004 a 2017.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a alta sofisticação dos crimes financeiros, principalmente na lavagem de dinheiro, está cada vez mais difícil a identificação destes crimes. Segundo (SILVA, 2001, s.p.) “os criminosos movimentam grandes quantias de forma rápida e de diversas maneiras, podendo comprometer a estabilidade financeira dos países”, por este motivo é de suma importância o trabalho em conjunto do COAF e órgãos de controle como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que fornecem informações importantes para que se possa investigar mais a fundo os casos informados e, se constatada atividade ilícita, combater de forma eficaz.

Além do trabalho em conjunto dos órgãos, as comunicações suspeitas têm se mostrado um grande aliado nesse combate, sendo uma forma de quem comunica se sentir mais à vontade para apontar as fraudes cometidas pelas instituições, mostrando que através dessas comunicações os responsáveis estão realmente sendo punidos, gerando uma maior confiança e consequentemente um número maior de comunicações.

De acordo com estudo da Deloitte, em uma amostra de 124 companhias de diferentes setores, em 55% já tiveram algum caso de corrupção e desses, metade foi descoberta por meio do canal de denúncias (FONSECA, 2015). Este estudo mostra a importância dos canais de denúncias como mais uma forma de combate às atividades ilícitas, pois com constante avanço da tecnologia e globalização das ações financeiras, os criminosos criam novas maneiras de burlar as fiscalizações para continuar a executar suas atividades ilícitas. Um caso recente que mostra o uso de novas tecnologias para lavagem de dinheiro é o das moedas virtuais (bitcoins).

A Polícia Federal (PF), através da Operação Código Reverso, que investiga esquemas especializados em fraudes bancárias na internet, chegou a um grupo que fazia transações bancárias através de programas, no qual era possível acessar de forma remota os computadores das vítimas, enganando mecanismos de segurança dos bancos e fazendo assim transações bancárias fraudulentas como pagamentos e transferências. Os criminosos utilizavam empresas de fachada para movimentar o dinheiro e investir em moedas virtuais para lavar o dinheiro (UMPIERES, 2018).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LAVAGEM DE DINHEIRO

A origem do termo “lavagem de dinheiro” é oriundo dos Estados Unidos, pois em meados dos anos 20 em uma lavanderia, os falsificadores literalmente lavavam as notas de dólar falsas em uma máquina de lavar roupas, para darem a aparência de velhas e gastas, para assim parecerem mais lícitas (MINK, 2005).

Não existe uma definição única para o termo lavagem de dinheiro, porém para SILVA (2001), lavagem de dinheiro é “a expressão que passou a ser utilizada para designar o dinheiro ilícito com aparência de lícito, ou seja, o ‘dinheiro sujo’ transformado em ‘dinheiro limpo’”. Já para Moro (2010, p.15), “a lavagem de dinheiro, como fenômeno criminológico, consiste na conduta do criminoso de ocultar ou dissimular o produto do crime”. Com linha de pensamento semelhante, mas em outras palavras, o COAF¹ diz que “lavagem de dinheiro constitui um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos”. De forma mais simples, é fazer os recursos ilícitos parecerem lícitos, incorporando na economia sem que se perceba sua origem.

A convenção de Viena na Áustria, em 1988, foi a primeira tentativa de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro, buscando uma punição para interromper essas atividades. Seu propósito principal foi unir os Estados através de uma cooperação internacional para combater o tráfico ilícito de entorpecentes, visto que este tipo de crime já havia tomado proporções empresarias globais. Os Estados que aceitassem o acordo deveriam adotar medidas necessárias para caracterizar como delito as atividades de organização, gestão e financiamento do tráfico, além de suas operações de lavagem de dinheiro. Através do Decreto nº154, de 26 de junho de 1991, o Brasil começou a fazer parte da convenção de Viena (MENDRONI, 2006).

Em 1989 foi criado o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro (GAFI), com o objetivo de observar as tendências e identificar as técnicas utilizadas pelos criminosos, para elaborar recomendações sobre o que os países precisam fazer para prevenir a prática de tais atividades. Atualmente o GAFI possui 40 recomendações que tratam da prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de

¹ Disponível em <http://www.coaf.fazenda.gov.br/menu/pld-ft/publicacoes/cartilha.pdf/@download/file/cartilha.pdf>.

destruição em massa. Vários países cumprem suas Recomendações, pois o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial recomendam o seu cumprimento e consideram o grau de conformidade dos países às Recomendações do GAFI como um dos critérios para a concessão de empréstimos e financiamentos.

O Brasil, tentando se adequar e seguindo a tendência mundial de combate aos crimes destacados anteriormente, criou a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, posteriormente alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que define práticas como o tráfico de drogas, corrupção, comércio de armas, prostituição, crimes de colarinho branco, terrorismo, extorsão, fraude fiscal, entre outros como crimes de lavagem de dinheiro. Entretanto, na legislação brasileira mesmo que recursos, bens ou serviços, sejam adquiridos de forma ilícita, mas que não tenham a origem das atividades abrangidas na lei citada acima, não podem ser considerados lavagem de dinheiro. (BRASIL, 1998)

Mendroni (2006, p.10) diz que “toda organização criminosa precisa e necessariamente pratica a lavagem de dinheiro, mas o inverso não é sempre verdadeiro, pois nem sempre quem lava dinheiro pertence a uma organização criminosa”. Sendo assim, não é necessário fazer parte de uma organização criminosa para cometer o crime, qualquer pessoa que recebe um valor proveniente de alguma atividade ilícita e oculta este valor, comete o crime de lavagem de dinheiro. Para que o crime de lavagem de dinheiro não seja detectado, é necessário ser bem organizado e executado, por isso os criminosos utilizam diversas técnicas como empresas de fachada, empréstimos falsos, processos falsos, aquisições de antiguidades ou objetos de artes, jogos e sorteios, companhias seguradoras, bolsa de valores, centros off-shore, empresas fictícias, transferências de fundos, vendas fraudulentas de propriedades imobiliárias, entre outras.

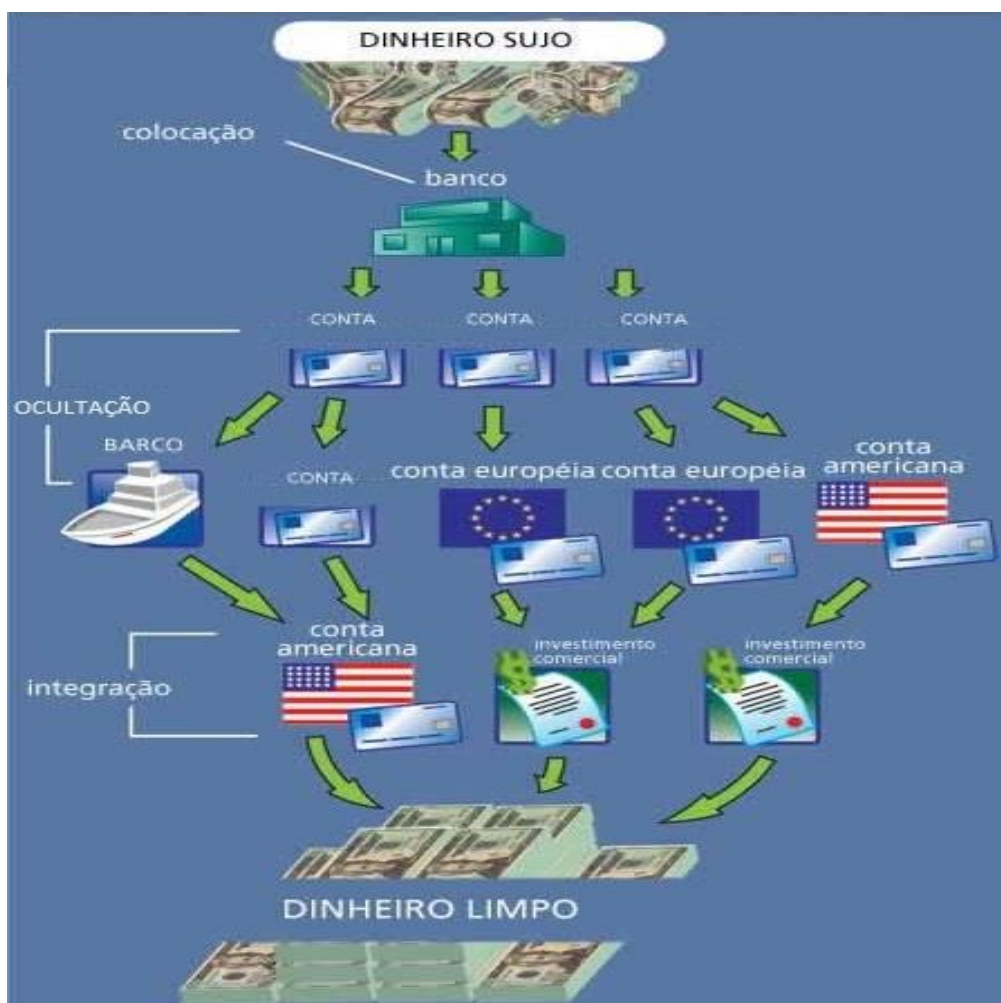
Na visão de Mendroni (2006), existem três estágios para esta atividade: colocação, ocultação e integração. O primeiro estágio, a colocação (*placement*), se refere onde é feita a inserção do dinheiro adquirido de forma ilícita no sistema financeiro, através de atividades financeiras comerciais e instituições financeiras. Normalmente esse dinheiro é movimentado em paraísos fiscais, onde as regras são mais permissivas. Utilizam atividades comerciais e trabalham com dinheiro, pois é mais difícil rastrear e saber sua origem, diferentemente de cheques e cartões.

O segundo estágio, a ocultação (layering), é a parte em que basicamente o agente dificulta seu rastreamento contábil, encobrindo a sua origem. Passa o dinheiro por várias transações nacionais e internacionais, normalmente de forma eletrônica e se protegendo em países através da lei do sigilo bancário, transferindo para contas anônimas ou depósitos em contas de fantasmas.

O terceiro, a integração (integration), é a fase em que ocorre a integração ao sistema financeiro legal, onde dinheiro é utilizado para a compra de ativos ou investido para dar legitimidade. Uma das formas é utilizar empresas de prestação de serviços de fachada para prestarem serviços entre si, é uma das formas que as organizações utilizam, dificultando o trabalho das autoridades, pois neste estágio fica difícil separar o lícito do ilícito.

A Figura 1, a seguir, descreve os estágios descritos.

Figura 1 - Os três estágios da Lavagem de Dinheiro



Fonte: Fonseca (2014)

Para se caracterizar um crime como lavagem de dinheiro, deve-se ocultar (esconder, encobrir, não revelar) ou dissimular (encobrir com astúcia, não dar a perceber, calando ou simulando) a natureza ou origem dos bens. A diferença se dá, pois ocultar é o mero encobrimento, enquanto dissimular utiliza-se o emprego de astúcia, de engano, para encobrir, para tornar imperceptível, ou não visível (PRADO, 2007). De acordo com Gomes *et al.* (2018, p.85) “para dizer-se consumado o crime, é preciso que todos os elementos de sua caracterização estejam presentes, conjuntamente, tais como omitir informação, fraudar a fiscalização, elaborar documento falso, entre outros”. Portanto, não se provando ocultação ou dissimulação, não há o crime de lavagem de dinheiro.

2.1.1 Combate à Lavagem de Dinheiro

Quando o assunto é lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas, mesmo o Brasil sendo membro do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), que desenvolve e promove políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e de ter assumido o compromisso em várias convenções internacionais de prevenir e combater atividades ilícitas, apenas em 2012 com a Lei nº 12.683 que altera a Lei n.º 9.613 que foi definido que a ação de ocultar ou dissimular os bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de qualquer infração penal pode ser configurado como delito antecedente do crime de lavagem de dinheiro.

Outras atualizações para combater estes crimes são a inclusão de novos sujeitos obrigados às medidas preventivas, a elevação do teto das multas, passando de R\$200 mil para R\$20 milhões, a inclusão da obrigação para que as pessoas físicas ou jurídicas abrangidas pela lei reportem ao órgão regulador de sua atividade ou, na sua falta, ao COAF, a não ocorrência de situações passíveis de serem comunicadas e a diminuição do limite das operações que devem ser comunicadas ao COAF de R\$100 mil para R\$50 mil.

As entidades financeiras são obrigadas a informar formalmente ao COAF as operações de dinheiro consideradas anormais, ou seja, de origem suspeita, que muitas vezes são incompatíveis com a renda da pessoa física ou jurídica, mas não podem informar essa suspeita ao cliente (GOMES *et al.*, 2018). Assim, mostra-se a importância da descrição e instrução a quem comunica os crimes, ou seja, as organizações financeiras devem fornecer conhecimento aos seus funcionários e colaboradores. Para Cox (2014, p.235) “O treinamento precisa ser implementado, o que permite que os funcionários percebam o que pode ser o tipo de transação

incomum que eles provavelmente encontrarão no curso normal de seus negócios”. O Brasil exige esse tipo instrução com as Leis 9.613/98 e 12.683/12, e com regulamentação do Banco Central do Brasil, especialmente da Circular 3.461/09.

Como forma de prevenção e combate, além da preocupação com a instrução para se identificar o crime de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros, em 2003 foi criada a Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), sendo o ponto de partida para a articulação ao combate sistemático à lavagem de dinheiro e, por consequência, para a desestruturação do crime organizado. O ENCCLA criou o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), que tem como objetivo criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade e procura desenvolver novas formas de identificar transações suspeitas e qualificar as pessoas para que possam identificá-las. (ENCCLA, 2017)

Mesmo com a qualificação das pessoas, ainda é necessário investir na estrutura para dar condições às pessoas capacitadas de realizarem seu trabalho. Segundo Dal Pos (2007, p.81) “cooperação e investigação ainda se dão de uma forma um tanto insuficiente, pois as instituições não dispõem dos recursos necessários para lidar com esse tipo de criminalidade”. Já para Gomes *et al.* (2018, p.85) “se justifica a necessidade de uma legislação específica no Brasil, no intuito de coibir as irregularidades. Assim, o contexto atual demanda, portanto, aderência às normas vigentes e a prática de regulamentação dessas normas no Estado brasileiro”.

Para se conseguir combater de forma efetiva a lavagem de dinheiro é necessário, além da legislação mais específica, que as instituições estejam preparadas para analisar os dados obtidos do cruzamento de informações com mais agilidade, para comparação com outros dados e assim chegar às organizações e impedi-las de continuar com seus crimes. Esta agilidade e qualificação das pessoas são essenciais, pois as organizações criminosas estão cada vez mais preparadas e equipadas, dificultando as investigações (DAL POS, 2007).

2.2 TRANSAÇÃO SUSPEITA

Nas literaturas pesquisadas que abordam o assunto, não existem muitas definições do termo transação suspeita, pois como o próprio nome diz, transação suspeita é alguma movimentação financeira que gerou desconfiança, que é anormal para aquele tipo de atividade. Mas não quer dizer necessariamente que é uma atividade ilícita. Como nos casos de envio de

valores para o exterior, mesmo quando efetuados para paraísos fiscais, são permitidos desde que seja declarado à receita federal.

Segundo Cox (2014, p.226), transações suspeitas são “transações merecedoras de investigação adicional para determinar se as transações ou atividades refletem atividades ilícitas em vez de atividades comerciais legítimas”. A identificação de uma transação suspeita é algo muito subjetiva, o que muitas vezes confunde o denunciante. Para Cox (2014, p.225) “Uma transação que pode parecer suspeita para uma pessoa, pode parecer comum para outra”. Por este e outros motivos, em caso de suspeita, é necessário uma investigação mais profunda para confirmar se realmente é uma atividade ilícita ou simplesmente uma atividade mal interpretada.

Segundo Cox (2014, p.226), existem alguns requisitos que exigem uma investigação mais detalhada quando ocorrem, como:

- Um cliente que abre um número maior de contas diferentes do que seria esperado para o tipo de negócio que pretendem realizar e/ou transfere frequentemente fundos entre essas contas;
- Conta corporativa de um cliente possui depósitos ou saques principalmente em dinheiro em vez de cheques ou outros tipos de transferência;
- Quando um banco espera que um cliente queira dinheiro, dada a natureza de sua atividade e este não faz tal solicitação, o que possivelmente indicará a disponibilidade de outra fonte de dinheiro que poderia ser ilegítima;
- Qualquer padrão incomum de transações em dinheiro alertará o banco sobre possíveis problemas;
- Grande volume de cheques, ordens de pagamento e/ou transferências bancárias para uma conta quando a natureza do negócio do titular da conta não parece justificar tal atividade;
- Se houver um histórico da conta do negócio que mostre pouca ou nenhuma atividade periódica regular ou a conta parece ser usada principalmente como um repositório temporário para fundos que são transferidos para o exterior;
- Se uma empresa, que normalmente não gera moeda estrangeira, começa repentinamente a fazer numerosas transações cambiais;
- Se o proprietário de uma empresa, como um proprietário que tenha apenas uma loja, fizer vários depósitos no mesmo dia usando diferentes agências bancárias;

Sendo assim foma-se uma “cartilha” com várias situações para que as intituições fiquem atentas. Mas como os criminosos estão sempre se atualizando e arrumando novas formas de cometerem atividades ilícitas, fica o dever para que as instituições financeiras se atualizem e percebam essas mudanças. Para isso é necessário um investimento nos canais de identificações de suspeitas.

O problema é que toda essa responsabilidade que esta sendo colocada nas intituições financeiras em identificar transações suspeitas, pode superar sua capacidade de perceber o suspeito, pois o conceito é difícil de aplicar na prática (COX, 2014).

No caso do COAF as comunicações são divididas em dois tipos: as Comunicações de Operações Suspeitas (COS) e as Comunicações de Operações em Espécie (COE). As COS são efetuadas pelos bancos e outras entidades obrigadas quando esses consideram suspeitas as movimentações de seus clientes. Isso se dá em cumprimento à Lei 9.613 e, no caso do sistema financeiro, às regulamentações expedidas pelo Banco Central do Brasil. As COE são efetuadas de maneira automática pelos bancos quando ocorrem movimentações (saques e depósitos) em espécie acima de R\$50 mil. Isso se dá em cumprimento à Lei 9.613 e, no caso do sistema financeiro, às regulamentações expedidas pelo Banco Central do Brasil. Independente se o cliente foi ou não considerado suspeito, ocorrendo saque ou depósito acima de R\$50 mil, não importa quem seja o cliente, o fato deve ser comunicado. Após o recebimento, as comunicações são analisadas pelo Sistema Eletrônico de Itercâmbio do COAF (SISCOAF), que é programado para realizar uma análise sistêmica e selecionar as comunicações que os responsáveis deverão analisá-las de forma individualizada.

2.2.1 Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Através da Lei nº 9.613 de 1998, que regula os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, foi criado no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Conforme art. 14 da lei nº 9.613, o COAF tem como objetivo “disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades” (BRASIL, 1998).

O COAF tem o poder de requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas. Com a Lei complementar 105, de 20 de janeiro de 2001, esse poder aumentou, dando ao COAF mais acesso às informações de comunicantes.

A atuação do COAF na Regulação e Supervisão de pessoas obrigadas² está pautada pela gestão de riscos, governança corporativa e o investimento em pessoas e tecnologia. Através do Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998 foi definido o Estatuto do COAF e seu regimento interno pela Portaria do Ministério de Estado da Fazenda nº 330, de 18 de dezembro de 1998. A estrutura organizacional do COAF é composta por um Plenário do Conselho e pela Secretaria-Executiva.

Conforme definido na lei 9.613/98, o trabalho do COAF, como unidade de inteligência financeira do Brasil, é o de receber, analisar e disseminar para as autoridades competentes (Polícia e Ministério Público) as informações decorrentes das comunicações de operações suspeitas (COS) e das comunicações de operação em espécie (COE) efetuadas pelos bancos e outras entidades obrigadas. De acordo com Gomes *et al.* (2018, p.85) “o sofisticado sistema integrado do COAF e do Ministério da Fazenda que irá avaliar a eventual ilegalidade e se isso se caracterizar, procede o desenvolvimento da denúncia ao Ministério Público e este à Polícia Federal, que abrirão processos de averiguação”.

Todas as comunicações recebidas e analisadas pelo SISCOAF, como citado anteriormente, são armazenadas e formam uma base de dados, que interligada com outras fontes de informações como, Rede Infoseg (base de inquéritos), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), Sistema de Informações Rurais (SIR), Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Cadastro Nacional de Empresas (CNE), Análise das Informações de Comércio Exterior - Alice Web, Base de Grandes Devedores da União, Bases do TSE, Declaração de Porte de Valores (DPV), possibilitando, assim, futuras análises de forma mais eficaz.

² PESSOAS OBRIGADAS são aquelas para as quais a Lei 9.613, de 1998, impõe obrigações de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. As obrigações, estabelecidas pelos artigos 10 e 11 da lei, referem-se ao dever de identificar clientes, manter registros e comunicar operações financeiras, entre outros. As pessoas obrigadas estão relacionadas no artigo 9º da referida lei.

Após o cruzamento de todos os dados e sendo detectado algo suspeito, a Central de Gerenciamento de Riscos e Prioridades (CGRP) faz cálculos de forma automática para apurar os riscos da comunicação. Com os dados apurados, são abertas pastas virtuais, organizadas pelo grau de risco das comunicações. Os resultados das análises são registrados através do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), podendo este ser espontâneo (elaborado pelo COAF) ou de intercâmbio (elaborado por autoridades nacionais ou unidades de inteligência financeira).

Quando o resultado das análises indicar a existência de fundados indícios de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito, os Relatórios de Inteligência Financeira são encaminhados às autoridades competentes, nos termos do previsto no artigo 15 da Lei nº 9.613, de 1998. O conteúdo do RIF é protegido por sigilo constitucional. Após a elaboração do RIF, a apuração de infrações atribuídas a pessoas físicas ou jurídicas acontece por meio de processos administrativos punitivos (PAP), conduzidos na forma prevista nos artigos 14 a 23 do Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998.

O COAF e os órgãos fiscalizadores poderão, se julgarem assim necessário, promover averiguações preliminares, requerendo esclarecimentos às pessoas físicas e jurídicas. Após concluir as averiguações, o órgão poderá instaurar o PAP ou arquivar o processo (em caso de arquivamento será necessária revisão superior). Caso não exista arquivamento, o processo pode ser instaurado e o acusado será intimado para apresentação de defesa. Decorrido o prazo de defesa, a autoridade responsável poderá solicitar ao acusado novos documentos ou esclarecimentos. A decisão tem prazo máximo de 60 dias após o termino da instrução. Caso exista pena administrativa os órgãos responsáveis deverão fiscalizar o cumprimento de suas decisões.

De acordo com o Art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, as penas que poderão ser aplicadas são:

I - Advertência;

II - Multa pecuniária variável não superior:

a) ao dobro do valor da operação;

b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou

c) ao valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

III - inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º; e

IV - Cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

2.3 ORGÃOS FISCALIZADORES

As entidades supervisoras complementam órgãos normativos do Sistema Financeiro Nacional, sendo responsáveis pela supervisão das instituições operadoras. Integram as entidades supervisoras: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O CFC não é um órgão fiscalizador, mas tem se destacado no combate à lavagem de dinheiro.

2.3.1 Banco Central do Brasil

Para Moraes (2015, p.10) “O Banco Central (BACEN) desempenha papel importante nas políticas do governo relacionadas ao combate e à prevenção do ilícito de lavagem de dinheiro, uma vez que tem sob sua jurisdição o sistema financeiro nacional”. Os setores econômicos brasileiros que as organizações criminosas mais procuram para operações ilícitas, por suas taxas mais atraentes ou operações de empréstimo e financiamentos mais simples, são de responsabilidade do Bacen (MINK, 2005). Por este motivo é importante a fiscalização das transações efetuadas nestas entidades, e a comunicação das suspeitas identificadas.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN):

As comunicações ao COAF fazem parte dos mecanismos de controle definidos na Lei nº 9.613, e aquelas realizadas pelas instituições sob supervisão do BC devem ser encaminhadas ao COAF até o dia útil seguinte àquele em que forem verificadas. A lei determina que devem ser comunicadas todas as operações e propostas em moeda nacional ou estrangeira, em títulos e valores mobiliários, em títulos de crédito, metais, ou com qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções expedidas pela autoridade, observadas as orientações contidas nos normativos específicos emitidos pelos órgãos reguladores.

Para o diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central, Isaac Sidney, “Nem todas as comunicações significam, necessariamente, o cometimento de alguma

infração, mas podem, em tese, se traduzir em indícios compatíveis com a prática de um ilícito financeiro”. Mas todas as operações em espécie de valor igual ou superior a R\$50 mil precisam ter sua finalidade registrada, ou seja, saques ou pagamentos a partir deste valor precisam ser comunicados às instituições financeiras, conforme definido pelas normas emitidas pelos órgãos reguladores (BACEN, 2017).

Na figura 2, fica exemplificado o funcionamento do sistema de comunicações automáticas do BACEN para o COAF, definidos pelo Sistema Nacional Financeiro. Qualquer transação igual ou acima de R\$50 mil, são obrigadas a serem comunicadas ao COAF, independente se são suspeitas ou não.

Figura 2 - Sistema de Comunicações automáticas acima de R\$50 mil



Fonte: BACEN (2017)

2.3.2 Comissão de Valores Mobiliários

Juntamente com o Banco Central e a Secretaria de Previdência Complementar, a CVM forma o tripé de regulamentação das operações que são realizadas em todo o sistema financeiro, trazendo assim uma segurança maior para o investidor. Pessoas físicas ou jurídicas que cometem os crimes de atividades ilícitas procuram alvos com condições favoráveis à realização de operações de lavagem de dinheiro. Por possuírem um alto índice de liquidez dos papéis negociados, as operações serem realizadas através de corretores, a realização de negócios com características internacionais e o curto espaço de tempo em que as transações com os papéis podem ser realizadas, a Bolsa de Valores acaba por atrair esses criminosos. (MINK, 2005)

Por este motivo a importância do treinamento das pessoas que fazem parte de tais instituições, além da comunicação das atividades suspeitas. As comunicações de transações suspeitas já são direcionadas diretamente ao COAF, e não mais à CVM, em decorrência da edição da Lei nº 12.683/12, conforme esclarece o Ofício Circular SMI/SIN/002/2012.

2.3.3 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, sendo criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Com sua criação foram reguladas todas as operações de seguros e resseguros e instituído o Sistema Nacional de Seguros Privado (SUSEP, 2018).

Para Mink (2005, p.15) “Outro setor vulnerável às operações de lavagem de dinheiro é o das Companhias Seguradoras, seja em relação aos acionistas dessas companhias, seja em relação aos segurados, subscritores, participantes e intermediários”. Pois existem várias formas dos segurados utilizarem a apresentação de sinistro falso ou usar “laranjas” em planos de previdência privada, por exemplo, como forma de lavagem de dinheiro (MINK, 2005).

Em relação a essas e outras atividades ilícitas em conformidade com a Lei nº 9.613, e suas alterações, a SUSEP criou a Resolução CSNP nº 97, de 30 de setembro de 2002, a Circular SUSEP nº 445, de 02 de julho 2012 e a Carta-Circular nº 001/2016/Susep-CGFIS. Todos estes referentes a controles internos na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, além de regular o processo administrativo e critérios de julgamentos a serem adotados e divulgação de canais eletrônicos para a comunicação de atividades suspeitas. Seguindo no combate, as pessoas obrigadas de acordo com o art.15 da circular SUSEP, devem efetuar a comunicação negativa, ou seja, deve-se informar inexistência de atividades suspeitas quando for o caso.

2.3.4 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), assim como a SUSEP, é vinculada ao Ministério da Fazenda, sendo uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio. Sua sede e foro estão localizados no Distrito Federal, tendo atuação em todo o território nacional como entidade de fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas referidas entidades.

Do mesmo modo que ocorre com a SUSEP, as organizações criminosas tentam fraudar a previdência. Com isso criou a força-tarefa previdenciária, com o objetivo de combater a evasão fiscal e os crimes contra a Previdência Social, mediante ações estratégicas e utilização de procedimentos técnicos de inteligência (PREVIC, 2015).

2.3.5 Conselho Federal de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) foi criado em 27 de maio de 1946 através do Decreto-Lei nº 9.295 com a finalidade de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

Conforme definido no item b do art. 10 do Decreto-Lei 9.295, “examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito” e definido no item c do mesmo Decreto-Lei “fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e, bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada”, mostra a sua função contra a corrupção e fraudes nas normas do sistema financeiro (BRASIL, 1946). Para ser mais eficaz e conseguir executar suas finalidades o CFC, conforme Lei nº 11.160/05, dividiu as suas funções em 28 Conselhos Regionais de contabilidade, um em cada estado e um no Distrito Federal.

No combate à lavagem de dinheiro o CFC demonstra ser peça importante. Com a resolução nº 1530, de 22 de setembro de 2017 revoga a 1445/2013, e trata sobre profissionais e organizações contábeis que prestam serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência em operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas (SANTOS, 2017). Para Gomes *et al.* (2018, p.85) “Desta forma, se concretiza o papel dos profissionais de contabilidade como agentes protagonistas neste processo”.

3 METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação aos objetivos gerais propostos, o trabalho se classifica como uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2010, p.27), “têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Buscou-se identificar as comunicações informadas aos COAF e os PAP instaurados, assim como, identificar possíveis correlações entre as multas aplicadas e as efetivamente recolhidas pelo órgão.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa adotou a abordagem quantitativa, pois utilizou a estatística descritiva para analisar os dados. Em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa se enquadra tanto como documental quanto como bibliográfica, pois os dados foram coletados dos relatórios de inteligência e supervisão do COAF. Para Gil (2010, p.30):

a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados referentes às comunicações suspeitas, processos punitivos instaurados (2004 a 2017), quantidade de RIF (2007 A 2017), multas aplicadas (2006 a 2017) e multas recolhidas (2008 a 2017), foram coletados diretamente do site do COAF através do link <http://www.COAF.fazenda.gov.br/>, no ícone “números COAF” localizado à esquerda da página. Após esse acesso, os dados ficam divididos em dois ícones, os de inteligência e os de supervisão. No ícone de inteligência, acessando o link, estatísticas de inteligência encontram-se os dados referentes às comunicações recebidas em espécie (COE) e comunicações recebidas suspeitas (COS). No ícone de supervisão, no link estatística de supervisão encontram-se os dados referentes aos Processos Administrativos Punitivos (PAP) instaurados, multas aplicadas e multas recolhidas.

Após a coleta de todos os órgãos que informaram transações suspeitas e as comunicações em espécie, ou seja, as transações que as próprias entidades suspeitaram e as comunicadas automaticamente pelo valor, foram feitas comparações entre as variáveis, e foram analisados o que realmente foi considerado como alto risco de ato ilícito, processos iniciados,

e uma comparação das multas aplicadas e sua efetiva cobrança e recebimento das mesmas, além do total de RIF.

Os órgãos reguladores que denunciaram as atividades suspeitas para o COAF são o Banco Central do Brasil (BACEN), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Conselho Federal de Corretores Imobiliários (COFECI), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Polícia Federal do Brasil (DPF), o Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de outras entidades de diferentes setores econômicos.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

O método utilizado na análise de dados é o da estatística descritiva, cuja função, segundo Moura (1995, p.9), “é extrair informações dos resultados observados, definidas as características de interesse a verificar”. Pessanha (2018) corrobora ao afirmar que o objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores. Neste estudo, os dados foram organizados por meio de tabelas.

Segundo Leite (2010), a média aritmética é a soma de todos os valores observados da variável dividida pelo número total de observações. Representa o ponto de equilíbrio de um conjunto de dados. É a medida de tendência central para representar a massa de dados. Por meio de uma única medida é possível ter uma noção do comportamento de um conjunto de dados. Essa medida é referência para representar os dados que pertence às denominadas Medidas de Tendência Central. As medidas como a média aritmética, a moda e a mediana, representam a tendência central de localização de dados estatísticos e são consideradas de grande importância, pois podem auxiliar na análise de dados e se tornam indispensáveis e, em cada situação, uma pode ser mais conveniente do que a outra, porém não se pode dizer ao certo qual a mais adequada. Carvalho (2011, p.19) acentua que se pode “encontrar mais de dez medidas que representam o centro de um conjunto de dados, mas a média aritmética é a mais utilizada”.

Nesta pesquisa foi utilizado o cálculo da média nas tabelas 5, 7 e 8. Nas demais, pelos dados estarem agrupados em poucos setores, o cálculo da média, caso fosse usado, poderia distorcer o resultado.

Na apresentação dos resultados dos cálculos foi usada a regra do arredondamento para “quebrar” o número na quantidade de casas decimais desejadas ou padronizadas, da seguinte forma: se o algarismo a ser excluído for 0, 1, 2, 3, 4 o algarismo que permanece não é alterado; se o algarismo a ser excluído for 5, 6, 7, 8, 9 o algarismo que permanece aumenta de uma unidade. Por exemplo: o número 23,576 fica 23,58 considerando duas casas decimais; o número 23,534 fica 23,53 considerando duas casas decimais.

Os valores considerados fundamentais na análise dos dados foram salientados com a cor cinza nas tabelas.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nas tabelas, exibem-se as informações que foram consideradas suspeitas (COS) e as enviadas de forma automática (COE) pelas entidades financeiras de 2004 até 2017.

4.1 Quantidade de comunicações de informações em espécie recebidas pelo COAF

Na tabela 1 apresentam-se apenas a quantidade das comunicações automáticas, ou seja, acima de R\$100 mil e posteriormente R\$50 mil, totalizando 8.620.496 de comunicações automáticas em espécie. O BACEN recebeu um 8.551.606 de comunicações, sendo o que mais recebeu entre todos os setores. Representando 99,20% do total de comunicações. O COAF foi o segundo com mais comunicações com um total 47.339 mil entre os anos de 2004 e 2017.

Tabela 1- Comunicações em espécie efetuadas pelos setores econômicos de 2004 a 2017 ao COAF

Setor Econômico	2004 a 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
BACEN	1.786.336	728.366	810.651	859.073	967.013	1.071.062	1.163.973	1.165.132	8.551.606
COAF	7.393	1.581	2.344	7.033	8.532	6.430	6.589	7.437	47.339
CFC	0				60	1.163	719	762	2.704
COFECI	4.157	903	1.024	1.173	1.168	2.570	1.716	2.260	14.971
CVM	0								0
DPF	0								0
DREI	0								0
IPHAN	0							15	15
Bens de alto valor de origem rural ou animal	0								0
Feiras, exposições e similares	0								0
Outros setores previstos na Lei nº 9.613/1998	0								0
Registros públicos	0								0
Transferência de atletas e artistas	0								0
PREVIC	1.385	412	404	376	328	311	409	366	3.991
SEAE	0	0	0	1.250	3.869	4.464	4.604	3.677	17.864
SUSEP	6								6
TOTAL	1.799.277	713.262	814.423	868.905	980.970	1.086.000	1.178.010	1.179.649	8.620.496

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Observa-se um significativo aumento de comunicações a partir da implementação da lei nº 12.683/2012, onde foram acrescentadas novas atividades à obrigação de comunicar ao COAF qualquer transação em espécie acima 100 mil e posteriormente 50 mil. Comparando os anos anteriores a lei 12.683/12 (2004 a 2011) com os anos posteriores (2012 a 2017), o aumento foi de 243% no total de transações em espécie.

Destaca-se o CFC, que a partir de 2014 foi obrigado a reportar ao COAF as comunicações suspeitas e de 2014 a 2017 totalizou 2.704 comunicações.

4.2 Quantidade de comunicações de informações suspeitas recebidas pelo COAF

O BACEN, responsável por vários setores econômicos, com 66,76% das suspeitas comunicadas ao COAF, representa um dos órgãos que mais efetuam comunicações suspeitas. Ele é responsável por 13 setores econômicos, e entre os anos de 2004 e 2017 apresentou 599.070 mil comunicações ao COAF. Os setores com os maiores números de comunicações de irregularidades foram os bancos, cooperativas de crédito e sociedades corretoras de câmbio, apresentando, respectivamente, 399.942, 101.518 e 33.234 comunicações. O restante dos setores do BACEN chegou ao total de 64.376 mil comunicações de possíveis irregularidades, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Comunicações suspeitas efetuadas pelo BACEN de 2004 a 2017 ao COAF

Setor Econômico	2004 a 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Agência de Fomento		1	4	7	9	5	19	6	51
Arranjos e Instituições de Pagamento					138	26	41	64	269
Associação de Poupança e Empréstimo		197	859	946	292	85	118	176	2.673
Bancos	99.689	31.541	28.992	36.022	36.674	47.409	56.409	63.206	399.942
Bancos Cooperativos	40	63	72	102	222	1.060	1.867	1.692	5.118
Companhia Hipotecária	5	2	7	1					15
Consórcio	1.279	492	1.089	6.305	1.936	1.613	1.950	1.306	15.970
Cooperativa de Crédito	8.683	3.016	8.707	7.288	11.504	13.139	19.940	29.241	101.518
Sociedade Corretora de Câmbio	468	415	517	710	1.505	8.864	13.629	7.126	33.234
Sociedade Corretora de TVM	133	102	199	566	675	679	1.012	972	4.338
Sociedade de Arrendamento Mercantil	33	25	6	8	8	13	478	608	1.179
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	85	32	316	562	467	903	503	427	3.295
Sociedade Distribuidora de TVM	6.329	1.305	899	671	3.992	4.890	10.466	2.916	31.468
TOTAL	116.744	37.191	41.667	53.188	57.422	78.686	106.432	107.740	599.070

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Assim também aconteceu com as comunicações em espécie, que, com a mudança da lei em 2012, onde várias novas atividades foram incluídas na obrigação de comunicar qualquer suspeita de atividade passível de crime financeiro, aumentaram 289%.

Além do setor dos bancos, o COAF que é um órgão regulador de setores econômicos que não possuem órgãos reguladores próprios, e recebe um grande número de comunicações. Ao todo são oito setores, que geraram 350.344 mil suspeitas de irregularidades.

Na Tabela 3 observa-se que, do total de 350.344 comunicações suspeitas, os setores de cartões de crédito (45,32%) e factoring, securitização de ativos, títulos ou recebíveis (44,06%) juntos representam 89,38% do total das suspeitas dos órgãos regulados pelo COAF, somando 313.137 comunicações. Os setores em que o COAF é o responsável, aumentos 315% no número de comunicações suspeitas, após 2012, seguindo o mesmo caminho dos demais setores.

Tabela 3 - Comunicações suspeitas efetuadas pelo COAF de 2004 a 2017

Sector Econômico	2004 a 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Bens de luxo ou de alto valor	0			103	176	275	903	3.057	4.514
Bingos	7								7
Bolsas de mercadorias	0	1							1
Cartões de crédito	1.066	558	14.166	26.368	31.396	36.085	33.927	15.199	158.765
Factoring e securitização de ativos, títulos ou recebíveis mobiliários	62.730	13.461	14.937	29.125	13.225	9.583	6.363	4.933	154.357
Jóias, pedras e metais preciosos	12	4	7	14	6	4	92	34	173
Remessas Alternativas de Recursos	5.581	1.069	24.170	61	435	377	575	129	32.397
Serviços de assessoria, consultoria, auditoria, aconselhamento ou assistência	0		1	2	4	18	58	47	130
TOTAL	69.396	15.093	53.281	55.673	45.242	46.342	41.918	23.399	350.344

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os demais órgãos reguladores comunicaram ao COAF 4.344.756 de atividades suspeitas de seus clientes desde 2004.

O CFC começou a ser obrigado a comunicar atividades suspeitas a partir da Resolução 1.445/2013. Em 2014, ano seguinte à aprovação da resolução, foram efetuadas ao COAF 44 comunicações, já no ano de 2017 totalizou a suspeita de 548 atividades ilícitas. A CVM apresentou 45.714 suspeitas nos anos analisados, como mostrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Comunicações suspeitas efetuadas pelos demais órgãos reguladores de 2004 a 2017

Setor Econômico	2004 a 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
CFC	0				44	245	496	594	1.379
COFECI	8.424	2.837	4.439	3.207	2.117	916	829	688	23.457
CVM	4.202	1.174	1.139	1.616	2.154	3.078	16.463	15.888	45.714
DPF	5	17	1.014	723	1.877	107.102	82.350	100.566	293.654
DREI	0				1	18	109	562	690
IPHAN	11	3	19	9	24	15	22	7	110
Bens de alto valor de origem rural ou animal	0			6					6
Feiras, exposições e similares	0		1	2					3
Outros setores previstos na Lei nº 9.613/1998	0			58	19				77
Registros públicos	0		22	15					37
Transferência de atletas e artistas	0			2					2
PREVIC	31.869	5.657	7.026	6.776	8.644	11.133	11.577	12.321	95.003
SEAE	149.782	162.128	195.493	169.539	628	864	877	858	680.169
SUSEP	2.072.830	332.532	467.478	125.264	45.247	47.799	53.605	59.700	3.204.455
TOTAL	2.267.123	504.348	676.631	307.217	60.755	171.170	166.328	191.184	4.344.756

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Os órgãos que realizaram o maior número de comunicações foram o SEAE no setor econômico de Loterias (680.169), o DPF no setor de Transporte e Guarda de Valores (293.654) e o SUSEP – Mercado Segurador (3.204.455). O SUSEP representou 60,54 % do total de todas as comunicações de 2004 a 2017, mesmo que a partir de 2013 tenha diminuído de forma drástica as comunicações ao COAF. Assim como o SUSEP, o SEAE apresentou uma queda no ano de 2013, mas foi no ano de 2014 que o número de suspeitas despencou de 169.539 para apenas 628. Dos três maiores comunicadores citados acima, apenas do DPF tem apresentado um crescimento: de cinco comunicações até 2010, passou para mais de 100 mil no ano 2017.

4.3 Quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira e de processos administrativos punitivos instaurados pelo COAF

Após o COAF receber as comunicações suspeitas e em espécie dos órgãos, analisam-se as informações recebidas e são gerados os RIF, que serão entregues a cada autoridade responsável de punição.

Analizando a tabela 5, percebe-se que mesmo que a partir de 2009 a relação entre RIF gerados e número de comunicações esteja aumentando gradativamente, ainda representa menos de 1% das comunicações. Sendo que o maior valor alcançado foi de 0,46% no ano de 2007. No total das 13.481.229 de comunicações, foram realizados 31.236 mil relatórios, ou seja, 0,23%. Na média, o COAF recebeu 1.225.566 comunicações suspeitas por ano e elabora 2.840 RIF por ano. Os dados mostram que a cada 432 comunicações um RIF é gerado.

Tabela 5 – Relação das comunicações suspeitas recebidas e RIF gerados pelo COAF de 2007 a 2017

Ano	Quantidade de comunicações	Quantidade de RIF	%
2007	335.050	1.543	0,46
2008	645.506	1.258	0,19
2009	1.801.170	1.501	0,08
2010	1.037.377	1.149	0,11
2011	1.269.894	1.471	0,12
2012	1.586.002	2.111	0,13
2013	1.284.983	2.450	0,19
2014	1.144.389	3.178	0,28
2015	1.382.198	4.304	0,31
2016	1.492.688	5.662	0,38
2017	1.501.972	6.609	0,44
TOTAL	13.481.229	31.236	0,23
Média	1.225.566	2.840	0,23

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Em se confirmando alguma irregularidade nos setores em que o COAF é o responsável, deverá ser instaurado o processo para punir os responsáveis. Este processo inicial chama-se Processo Instaurado, que é quando existe publicação de ato instaurador ou portaria.

Os Processos Administrativos Punitivos (PAP) instaurados de 2004 a 2017 totalizaram 390, sendo o ano de 2016 com o maior número de processos (156), como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Processos administrativos punitivos instaurados e julgados pelo COAF de 2004 a 2017

	2004 a 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
PAP Instaurado	60	10	6	9	45	50	156	54	390
Recurso Interposto	17	3	4	2	3	6	12	7	54
Recurso Julgado	13		2	1	2	11	10	4	43
PAP Julgado	30	14	18	10	12	39	71	49	243

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Recurso interposto é quando a parte perdedora não concorda com a decisão do processo administrativo e pede um novo exame do caso. Nos anos analisados foram registrados 54 recursos, ou seja, 13,85% do total de processos instaurados.

Um total de 243 processos julgados, quando não cabe mais recurso, representando 62,31% dos processos iniciados (instaurados).

Não são todas as comunicações reportadas ao COAF que realmente são constatados atividades ilícitas. É necessária uma investigação minuciosa para encontrar provas concretas e se consiga instaurar um processo. Em 397.683 comunicações dos setores econômicos de responsabilidade do COAF, 390 processos foram instaurados, ou seja, 0,10% do total de comunicações, como exibido na Tabela 7.

Tabela 7 - Relação entre as comunicações dos setores econômicos de responsabilidade do COAF e os PAP's instaurados pelo COAF de 2004 a 2017

Ano	Quantidade de comunicações	Quantidade PAP instaurados	%
2004	39	3	7,69
2005	12.747	0	0,00
2006	7.568	2	0,03
2007	9.930	18	0,18
2008	13.575	16	0,12
2009	17.580	6	0,03
2010	15.350	15	0,10
2011	16.674	10	0,06
2012	55.625	6	0,01
2013	62.706	9	0,01
2014	53.774	45	0,08
2015	52.772	50	0,09
2016	48.507	156	0,32
2017	30.836	54	0,18
TOTAL	397.683	390	0,10
Média	28.405,93	27,86	0,10

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Comparando as comunicações suspeitas de algum ato ilícito com os processos que realmente foram iniciados, nota-se que em 2016, ano com o maior número de processos instaurados, 0,32% das comunicações efetuadas resultaram em início de processos. Em contrapartida no ano de 2005 nenhum processo foi instaurado. Isto não significa que não foi confirmado nenhum caso de irregularidade nas mais de 12 mil comunicações, ou seja, não foi iniciado o processo.

No ano de 2013 foram registradas 62.706 comunicações suspeitas, mas nove processos foram iniciados, ou seja, 0,01% do que foi comunicado possui fundamento e alto risco de prática de atividade ilícita, para início de um processo. No ano de 2004 7,69% das comunicações efetuadas ao COAF se tornaram PAP instaurado, sendo a maior relação entre as variáveis nos períodos estudados. A média anual de comunicações é de 28.405, gerando 28 Processos Administrativos Punitivos por ano. A cada 1.020 comunicações efetuadas pelos setores de responsabilidade do COAF um vira PAP instaurado.

4.4 Multas aplicadas e recolhidas pelo COAF

Entre os anos de 2006 a 2017, foi aplicado um total de R\$7.614.214,00 em multas. A Tabela 8 mostra que em 2007 foram aplicados R\$168.013,00 em multas, resultando no menor valor dentre os anos estudados. Já em 2006 foi o ano com o maior valor de multas aplicadas, totalizando R\$1.200.000,00, mas não foi recolhida nenhuma multa em nenhum dos dois anos.

Tabela 8 - Multas aplicadas e recolhidas pelo COAF entre os anos de 2004 a 2017

Ano	Multas Aplicadas (R\$)	Multas Recolhidas (R\$)	%
2006	1.200.000		0
2007	168.013		0
2008	1.056.533	99.222	9,39
2009	346.652	126.932	36,62
2010	824.605	104.261	12,64
2011	397.478	204.036	51,33
2012	453.228	256.472	56,59
2013	424.395	23.665	5,58
2014	411.096	183.968	44,75
2015	853.858	636.466	74,54
2016	366.456	240.819	65,72
2017	1.111.900	257.574	23,17
TOTAL	7.614.214	2.133.415	28,02
Média	634.518	177.784,58	28,02

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

De acordo com informações retiradas do site do COAF, as primeiras multas recolhidas ocorreram apenas no ano de 2008, com valores que chegaram à soma de R\$99.222,00,

representando 9,39% das multas recolhidas no mesmo ano. Em relação as multas aplicadas, o ano em que se obteve o maior recolhimento de valores foi o de 2015, onde foi recolhido R\$636.466,00, correspondendo a 74,54% das multas aplicadas. Enquanto que em 2013 foram recolhidos R\$23.665 de um total de R\$424.395, ou seja, 5,58% do valor.

Na média, o valor de multas aplicadas por ano é R\$ 634.518, enquanto a média das multas recolhidas é de R\$177.784,58 por ano. Comparando-se as multas aplicadas e multas recolhidas que o COAF definiu para os infratores de seus setores responsáveis, entre os anos de 2006 e 2017, foram recolhidos 28,02% do valor total. Com isso, se deduz que o COAF recolhe R\$1,00 a cada R\$3,57 aplicado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou uma análise das comunicações de informações suspeitas recebidas pelo COAF, RIF's gerado, explicitando e demonstrando o recebimento das informações, instauração de processo, aplicação de multas e o seu recolhimento.

Demonstra-se que o COAF recebe informações automáticas definidas por um valor mínimo de R\$50.000,00, bem como as reportadas por membros das instituições financeiras. Através do sistema SISCOAF e posterior análise pelos membros do COAF, foram analisadas de 2004 até 2017 mais de 13 milhões de comunicações suspeitas e em espécie. Resultando em 31.236 RIF's gerados e 390 processos instaurados, para recuperar os recursos desviados e prender os responsáveis. Gerando mais de 7 milhões de reais em multas, e recolhendo 2 milhões de reais. Comparando-se as multas aplicadas e multas recolhidas que o COAF definiu para os infratores de seus setores responsáveis, entre os anos de 2006 e 2017, foram recolhidos 28,02% do valor total.

Esses números evidenciam que o COAF está trabalhando e tentando cumprir seu papel em combater os crimes, mas também apresentam informações que geram dúvidas com relação ao órgão e sua efetividade. Com a análise dos dados efetuada é possível levantar no mínimo dois pontos: se o COAF é eficiente na análise das comunicações recebidas, levando-se em consideração o baixo número de RIF's e PAP instaurados e se as pessoas obrigadas não têm o treinamento necessário para identificar mais precisamente as atividades que realmente podem ser suspeitas. Um dos prováveis motivos da pouca eficácia no recolhimento das multas quando se observa os processos existentes, é a demora no andamento dos processos, que para passar por todo o processo descrito na fundamentação deste trabalho, levam de 4 a 5 anos para serem finalizados e efetivamente cobrados os valores devidos. Para que se possa ter conhecimento deste fato, o COAF teria que explicar o motivo desses dados e porque é tão ineficiente na cobrança das multas.

Independentemente destas dúvidas é fundamental a participação das organizações nas informações suspeitas de atividade ilícitas. Para tanto, é primordial que as pessoas diretamente ligadas aos setores econômicos recebam o treinamento necessário, visando uma melhor comunicação e a mais fácil identificação dos crimes.

A literatura que trata o tema abordado é escassa, principalmente quando voltada às práticas no Brasil. O acesso à informação se restringe ao que é divulgado pelo COAF, sem uma forma de comparação com os órgãos que efetuam as comunicações.

Sugere-se para pesquisas futuras, uma análise da qualidade dos dados recebidos pelo COAF, levando em consideração a veracidade das informações.

6 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Hanrikson de. Como os maiores doleiros do Brasil criaram um banco clandestino para lavar dinheiro. **Uol Notícias Políticas**, 03 maio 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/03/doleiros-criaram-um-banco-clandestino-para-lavagem-de-dinheiro-diz-lava-jato.htm>. Acesso em 20 jun. 2018.
- BACEN. Alertas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras buscam prevenir o crime de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. **Banco Central do Brasil**, 12 dez. 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/noticias/189>. Acesso em: 24 maio 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências, Brasília,DF, maio 1946.
- BRASIL. **Lei nº 9.613**, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências, Brasília,DF, mar. 1998.
- BRASIL. **Lei nº 12.683**, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, jul. 2012.
- CAMPOS, E. COAF recebe 1 milhão de comunicados de infração. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/5225799/COAF-recebe-1-milhao-de-comunicados-de-infracao>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- CARVALHO, J. E. F. Média aritmética nos livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. O conselho. **Portal CFC**, 2013. Disponível em: http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/. Acesso em: 17 mar. 2018.
- COX, D. **Handbook of anti money laundering**. [S.l.]: John Wiley & Sons Ltd, 2014.
- DAL POS, A. C. Os esforços contra a lavagem de dinheiro. **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 60, p.67-110, Ago 2007.
- ENCCLA. Principais Resultados. **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**, 2017. Disponível em: <http://enccla.camara.leg.br/resultados>. Acesso em: 19 maio 2018.
- FONSECA, Andréia. Lavagem de dinheiro. **Banco de Resumos - Concursos**, 2014. Disponível em: <http://bancoderesumos.blogspot.com/2014/01/lavagem-de-dinheiro.html#.WzFcE1VKjIV>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- FONSECA, Adriana. Canal de denúncias ajuda a coibir a corrupção. **Instituto Vida e Carreira**, 2015. Disponível em: <http://www.institutovidaecarreira.com.br/site/canal-de-denuncias-ajuda-a-coibir-a-corrupcao/>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GOMES, H. O. *et al.* A Contabilidade do Crime no Brasil: Avanços e Desafios. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v.6, n.2, p.81-94, maio 2018.

LEITE, A. P. F. **Estimativa de Medidas de Tendência Central**: uma intervenção de ensino. (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MENDRONI, M. **Crime de lavagem de dinheiro**. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. **Ministério da justiça**, 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional>. Acesso em: 13 maio 2018.

MINK, G. F. C. **Lavagem de Dinheiro**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Regulação do Mercado de Capitais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 2005.

MONTENEGRO, E. O que é lavagem de dinheiro? **Super interessante**, 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/o-que-e-lavagem-de-dinheiro/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MORAES, A. S. D. **Combate ao Crime de Lavagem de Dinheiro no Brasil**. Faculdade Atenas. Paracatu. 2015.

MORO, S. F. **Crime de lavagem de dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOURA, Antônio G. de. **Tópicos de Estatística Descritiva**. Goiânia: Ed. UCG, 1995. (Cadernos didáticos, n.6).

PASSARINHO. COAF diz que informou à Lava Jato movimentação suspeita de R\$51,9 bi. **G1**, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/07/COAF-diz-que-informou-lava-jato-movimentacao-suspeita-de-r-519-bi.html>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PESSANHA, José Francisco. Estatística descritiva. **UERJ**, 2018. Disponível em https://www.academia.edu/11574817/M%C3%A9todos_Quantitativos_Estat%C3%ADstica_Descritiva?ends_sutd_reg_path=true. Acesso em 23 jun. 2018.

PRADO, L. R. **Curso de direito penal**. [S.l.]: Revista dos Tribunais, 2007.

PREVIC. Força-Tarefa Previdenciária. **Secretaria de Previdência**, 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/aceso-a-informacao/programas-e-acoes/forca-tarefa-previdenciaria/>. Acesso em: 24 maio 2018.

SANTOS, F. CFC publica resolução para o cumprimento das obrigações ao COAF. **Conselho Federal de Contabilidade**, 2017. Disponível em: <http://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-resolucao-atualizada-para-o-cumprimento-das-obrigacoes-ao-COAF/>. Acesso em: 24 maio 2018.

SERAPIÃO, F.; FERNANDES, A. COAF quer sufocar capacidade financeira de facções do narcotráfico. **Estadão**, 2018. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto->

[macedo/COAF-quer-sufocar-capacidade-financeira-de-faccoes-do-narcotrafico/](#). Acesso em: 23 maio 2018.

SILVA, C. A. **Lavagem de dinheiro, uma nova perspectiva penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SUSEP. **Superintendência de Seguros Privados**, 2018. Disponível em: <http://www.susep.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2018.

UMPIERES, RT. PF prende hackers por roubo de R\$10 milhões e lavagem de dinheiro em bitcoins. **InfoMoney**, 2018. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/bitcoin/noticia/7341611/prende-hackers-por-roubo-milhoes-lavagem-dinheiro-bitcoins>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PESSANHA, José Francisco. Estatística descritiva. **UERJ**, 2018. Disponível em https://www.academia.edu/11574817/M%C3%A9todos_Quantitativos_Estat%C3%ADstica_Descritiva?ends_sutd_reg_path=true. Acesso em 23 jun. 2018.

MOURA, Antônio G. de. **Tópicos de Estatística Descritiva**. Goiânia: Ed. UCG, 1995 (Cadernos didáticos, n.6).